

A CURRICULARIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DA EXTENSÃO: IMPLICAÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO

KAUANA MELO¹; ANDREA WHALBRINK PADILHA DA SILVA²; NILDA
STECANELA³

¹Universidade de Caxias do Sul – kmelo@ucs.br

²Universidade de Caxias do Sul – awpsilva@ucs.br

³Universidade de Caxias do Sul – nstecane@ucs.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no estudo intitulado “A extensão como instrumento para a transformação: implicações da curricularização da extensão” ancorado no Projeto de Pesquisa “Experiências formativas entrelaçadas: do cotidiano da Educação Superior ao cotidiano da Educação Básica”, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De início, é importante destacar o papel que a extensão cumpre na efetivação do compromisso social das universidades. Baseando-se nos preceitos de Paulo Freire, embora em suas obras não tratar especificamente sobre o ensino superior, é possível identificar que o fim primordial da educação é “permitir aos *homens e mulheres* chegarem a ser sujeitos, construir-se como pessoas, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue” (Freire, 2006, p. 45, grifo meu). Nesse sentido, Querubim (2013, p. 124, grifo meu) aponta que é possível evidenciar que “a tarefa da universidade é a de integrar os *homens e as mulheres* no seu momento histórico na busca por humanizar-se”, portanto, a Universidade deve ser o resultado da práxis apresentada por Freire.

A práxis diz respeito “a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora” (Rossato, 2010, p. 398). É com base na práxis que o sujeito pode agir com e sobre o contexto em que está inserido e a partir daí transformá-lo. De forma análoga, a extensão é a maneira de concretizar a práxis na Universidade. A extensão trata sobre a comunicação entre os saberes científicos e os saberes populares. Destaca-se ainda o questionamento que o autor faz ao nomear seu livro *Extensão ou comunicação?* (1971). Para Freire “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1971, p. 69). Em outras palavras, a extensão deve ser comunicação, considerando seu sentido crítico e emancipatório, sendo realizada a partir de um diálogo entre os educadores e educandos e, quando se trata de extensão, entre a Universidade e comunidade.

A vista disso, compreende-se que o papel da extensão na sociedade brasileira ainda está longe de ser efetivado. Pode-se pensar que existe uma resistência de ampliar e concretizar a extensão devido ao risco que ela apresenta para a superação do *status quo* e para o sistema neoliberal como um todo. Nesse contexto, visando apresentar saídas para concretização do Art. 207 da Carta Magna brasileira “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988), criou-se em

2018, a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Educação, a curricularização da extensão, uma política que visa implementar, obrigatoriamente, 10% de atividades extensionistas nos currículos de graduação.

Contudo, evidencia-se uma lacuna conceitual, pois, até o momento em que se instituiu a obrigatoriedade da curricularização não havia uma clareza dos sentidos da extensão e, principalmente, do seu potencial transformador da sociedade. E é possível que ainda não haja esse entendimento. Nesse sentido, busca-se entender em que medida a curricularização da extensão pode ser um instrumento para a confirmação da extensão com vistas à transformação.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, buscando encontrar referências para a fundamentação do objetivo de pesquisa, analisando primordialmente o livro *Extensão ou comunicação?* (1971) de autoria de Paulo Freire, em diálogo com outros autores que abordam a temática.

Além disso, foi realizada uma análise documental baseada nos preceitos de Carlos Bacellar (2005), a qual visa entender o contexto em que os documentos são escritos, bem como, por quem e com qual intencionalidade. Os documentos analisados contemplaram os Projetos Pedagógicos de Curso e os Planos Curriculares de disciplinas que integram cursos de graduação da Área das Humanidades de uma universidade comunitária da Serra Gaúcha. Na atual fase do projeto, integraram o corpus da pesquisa três cursos, cinquenta e cinco disciplinas e cinquenta e cinco Planos Curriculares.

Da mesma forma, as análises do texto baseiam-se na experiência vivida e percebida pela autora como sujeito participante do movimento estudantil - que teve papel importante na constituição de uma extensão que ultrapasse os muros da Universidade -, e estudante de disciplinas que contemplam a curricularização da extensão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se pensa em extensão para a transformação, é necessário questionar qual é a extensão que queremos, com vistas a orientar as práticas não só nas Universidades mas também na sociedade como um todo. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira (FORPROEX), em 1987, conceituou a extensão como sendo “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Esse enunciado aparenta ser a melhor conceitualização possível quando pensamos em extensão para a transformação. Da mesma forma, o Fórum apresenta a extensão como uma “via de mão dupla”, no entanto, de acordo com Serrano (2006), este conceito “interliga mas não possibilita a mistura e a construção de um saber novo” e, apesar de não defender a troca de identidade dos atores é preciso que haja mudanças, isto é, é preciso que o novo transcenda.

Isso posto, entende-se o papel importante que a curricularização da extensão pode cumprir para a efetivação da extensão como ferramenta de transformação. Contudo, entende-se que, atualmente, não há de fato um entendimento coerente acerca de quais são as atividades que podem ser inseridas nos 10% obrigatórios de atividades extensionistas e quais são suas finalidades.

Na análise realizada dos Planos Curriculares de disciplinas que possuem curricularização da área de Humanidades de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES), percebe-se que as práticas estão voltadas à ideia de extensão, numa perspectiva de transferência de saberes era verticalizada e os saberes ficavam presos nos muros da Universidade. Ainda, nota-se uma lacuna na percepção sobre a construção dos Planos Curriculares já que diversas disciplinas – que possuem especificidades – repetem as mesmas atividades de extensão.

Considerando o exposto, pode-se afirmar que, à luz dos documentos e do vivido, a curricularização da extensão, em muitos casos, vem sendo traduzida e praticada em uma dimensão de disciplinarização da extensão, pois implica o comprimento de carga horária obrigatória sem considerar de fato como fazer e o que fazer. No tocante às atividades realizadas muitas vezes são manifestadas através de um conteúdo vazio, superficial e desarticulado das questões sociais latentes que envolvem a construção do conhecimento e dos desafios da nossa sociedade. Cita-se como exemplos de atividades de curricularização de extensão: preparação de roteiro de aula sobre algum tópico da disciplina; acompanhamento de aulas na Educação Básica, planejamento de projetos; elaboração de atividades que possam ser desenvolvidas na prática docente; no trabalho com diferentes tipos de textos, análise de provas do ENEM e do ENADE.

Destaca-se ainda que 55 Planos observados, em 41 há repetições de atividades e em quatro não há elementos que refirma a curricularização. Isso evidencia a presença de atividades isoladas, muito mais para cumprir a carga-horária do que a articulação com a construção dos percursos formativos e das carreiras dos egressos. das carreiras desses profissionais a partir de seus princípios ético-políticos e sociais, sendo que este é um dos pilares da extensão: relacionar a construção da formação dos profissionais conectados com as demandas sociais existentes, observando essas a partir um olhar crítico e propositivo.

Para que a curricularização da extensão possa se tornar um instrumento que efetive a extensão transformadora é preciso que haja diferentes tipos de investimentos que promovam o diálogo e os trânsitos dos estudantes com as comunidades e vice-versa. Não se pode negligenciar que a realidade dos estudantes do ensino superior é de jovens trabalhadores que estudam e, por isso, não há tempo hábil e disponível para que eles possam realizar as atividades. Nesse sentido, mais do que a disciplinarização da extensão, são necessários programas de extensão, articulados às demandas da comunidade e às necessidades formativas da universidade, a fim de que a curricularização possa ser concretizada com seu viés de ampliação da extensão nas Universidades e, por conseguinte, de transformação social.

4. CONCLUSÕES

À luz do exposto, pode-se afirmar que há uma particularidade interessante na curricularização da extensão, pois, se bem implementada pode significar uma mudança bastante grande dentro das Universidades e também na sociedade. Contudo, percebe-se uma dificuldade significativa em se desfazer de amarras históricas que colocam a instituição Universidade como única detentora dos saberes e que não oportuniza a saída e, tampouco, nem a diminuição de seus muros.

Devido a forma como foi implementada, há uma falta de compreensão de muitos setores envolvidos na Universidade sobre a importância da extensão e da curricularização da extensão. Portanto, é necessário criar instrumentos que possam avaliar as atividades de extensão que estão sendo propostas a partir da curricularização para criar diretrizes fundamentem e orientem a atuação, sem desconsiderar as especificidades de cada Universidade e os contextos nos quais em que estão inseridas.

A curricularização da extensão pode significar uma possibilidade de enfrentamento do projeto neoliberal que está em voga em nosso país, mas também pode ser uma forma de ampliação do papel social das universidades conectadas com as problemáticas sociais e da universidade como o lugar da crítica e da proposição de novas saídas. Da forma como está sendo praticada, correm-se riscos de auxiliar e fortalecer o projeto neoliberal para a educação.

Além disso, para o andamento do estudo, torna-se relevante compreender em que medida a extensão está conectada com o problema pedagógico (ensino) e o problema científico (pesquisa) e como se dá a interligação dessa tríade de forma concreta e real.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 de setembro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo.; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

QUERUBIM, Viviane Rosa. **Paulo Freire e o ensino superior: referenciais freireanos para pensar a universidade brasileira**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROSSATO, Ricador. Práxis. In STRECK, Danilo R., Redin, Euclides & ZITKOSKI, Jaimé José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 34. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.